



FAPAC - FACULDADE PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS
INSTITUTO TOCANTINENSE PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS PORTO S/A
CURSO DE MEDICINA

GEDIEL DOS SANTOS QUEIRÓZ
MAIRA KAROLINA DE OLIVEIRA GOMES

VACINAÇÃO INFANTIL X ADESÃO DOS RESPONSÁVEIS: UMA REVISÃO
SISTEMÁTICA DE LITERATURA

PORTO NACIONAL-TO
2021

GEDIEL DOS SANTOS QUEIRÓZ
MAIRA KAROLINA DE OLIVEIRA GOMES

**VACINAÇÃO INFANTIL X ADESÃO DOS RESPONSÁVEIS: UMA REVISÃO
SISTEMÁTICA DE LITERATURA**

Artigo científico submetido ao Curso de Medicina da FAPAC- Faculdade Presidente Antônio Carlos ITPAC Porto Nacional, como requisito parcial para a obtenção do Grau de Bacharel em Medicina.

Orientadora: Profa. Ma. Taynara Augusta Fernandes.

Co-orientador: Prof. Dr. Marcus Vinicius Moreira Barbosa.

PORTO NACIONAL-TO

2021

VACINAÇÃO INFANTIL X ADESÃO DOS RESPONSÁVEIS: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DE LITERATURA

CHILD VACCINATION X GUARDIANS ADHERENCE: A SYSTEMATIC LITERATURE REVIEW

Gediel dos Santos Queiróz¹

Maira Karolina de Oliveira Gomes¹

Taynara Augusta Fernandes²

Marcus Vinícius Moreira Barbosa²

¹ Acadêmicos do Curso de Medicina – Instituto Tocantinense Presidente Antônio

² Docentes do curso de Medicina- Instituto Tocantinense Presidente Antônio

RESUMO: Introdução: sabe-se que desde a descoberta da primeira forma de imunização no homem, a vacina sofre com a insegurança da sua eficácia por alguma parte da população, seja pelo acesso a notícias falsas na *internet* ou pela falta de informação dos usuários, que provocam o fator da hesitação vacinal. **Metodologia:** trata-se de um levantamento bibliográfico realizado por meio da Biblioteca Virtual em Saúde, utilizando os descritores “*vacinação infantil*”, “*recusa vacinal*” e “*pais*”, bem como, a utilização da plataforma DATASUS na investigação das taxas de redução da cobertura e de abandono vacinal, entre o período de 2015-2020. **Resultados:** 12 artigos foram selecionados para revisão após aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, válidos na língua inglesa (5) e portuguesa (7). **Discussão:** dentre os fatores identificados, a recusa vacinal deu-se por meio de razões ideológicas, religiosa ou associada à *fake news*, já em relação ao atraso identificou-se: dificuldade de presenciar o ato e de ir ao local, criança adoecida e falta do insumo nas unidades de saúde. **Considerações finais:** é importante identificar e resgatar estratégias para manter as coberturas vacinais e desenvolver ações a fim de reforçar informações e esclarecer dúvidas referentes aos fatores de recusa vacinal.

Palavras-chave: Cobertura vacinal. Doenças preveníveis por vacina. Recusa de vacinação. Pais e/ou Cuidadores.

ABSTRACT: Introduction: it is known that since the discovery of the first form of immunization in man, the vaccine suffers from the insecurity of its effectiveness by some part of the population, whether due to access to false news on the internet or the lack of information from users, that leads to the vaccine hesitation factor. **Methodology:** this is a bibliographic survey carried out through the Virtual Health

Archive, using the descriptors “*childhood vaccination*”, “*vaccination refusal*” and “*parents*”, as well as the use of the DATASUS platform in the investigation of the rates of reduction of coverage and vaccination abandonment, between the period 2015-2020. **Results:** 12 articles were selected for review after applying the inclusion and exclusion criteria, valid in English (5) and Portuguese (7). **Discussion:** among the factors identified, the vaccine refusal was due to ideological reasons, religious or associated with fake news, in relation to the delay it was identified: difficulty in witnessing the act of watching a child being vaccinated, going to the place, sick child and lack information in health units. **Final considerations:** it is important to identify and rescue objectives to maintain vaccination coverage and develop actions in order to reinforce information and clarify doubts regarding vaccination refusal factors.

Keywords: Vaccination coverage. Vaccine-preventable diseases. Vaccination refusal.

1 INTRODUÇÃO

O questionamento sobre a utilidade das vacinas advém desde a descoberta da sua primeira forma de imunização, em 1796, quando o médico inglês Edward Jenner se valendo de uma técnica pouco convencional e duvidosa, utilizou material retirado de animais contaminados (fluidos) para serem inoculados no homem, a fim de imunizá-lo contra a doença da varíola (ZORZETTO, 2018). O que assumiu, posteriormente, um grande papel de destaque na contemporaneidade, como o principal agente imunizador, capaz de reduzir danos à saúde e estimular a defesa das células contra os microrganismos causadores de doenças (FELICIANO, 2002).

Diante disso, para defesa e proteção à saúde da população frente às doenças infectocontagiosas que possuem acentuado acréscimo de morbimortalidade no mundo, o governo nacional dispôs da criação do Programa Nacional de Imunizações (PNI) a fim de fornecer, proporcionalmente, a distribuição de vacinas por todo o território brasileiro. Porém, mesmo diante da possibilidade da população receber de forma gratuita as vacinas que são oferecidas por meio do Sistema Único de Saúde (SUS), ainda encontram-se dificuldades devido as informações mal entendidas referentes aos meios de imunização e desconfiança da sua efetividade por alguma parte dos cidadãos (CAVALCANTI; NASCIMENTO, 2015).

Em conjunto a isso, a falta de alinhamento das equipes de saúde, no sentido de identificarem os focos dos hesitantes vacinais e esclarecer as possíveis dúvidas e

questionamentos desse público, tem colaborado para que este assunto fique sem solução e, indiretamente, acaba contribuindo para o afastamento ainda maior dos pais ou responsáveis em aderirem ao esquema vacinal infantil. Além disso, torna-se um impasse para os próprios profissionais da saúde, já que precisam atingir as metas de vacinação estabelecida pelo PNI (TRINDADE, 2017).

De acordo com a síntese das novas pesquisas, as crenças e premissas dos que são contra a vacinação não mudaram, mas a disseminação de informações falsas foi facilitada a partir do acesso mundial ao conteúdo que é compartilhado na *internet* e nas mídias sociais. A veiculação de certas notícias tem propagado teorias de que as doses vacinais trazem alguns efeitos nocivos à saúde e como resultado em longo prazo, citam algumas fatalidades: síndrome de morte súbita, doenças do espectro, entre outros fatores que levam aos pais à possibilidade da rejeição vacinal (MOTA, 2008).

O crescimento dos grupos de apoio à hesitação vacinal é proporcional ao aumento do reaparecimento de doenças que antes estavam erradicadas (BARBIERI; COUTO; AITH, 2017). Dessa forma, é necessário um posicionamento político que instaure a monitorização das taxas de recusa geral e de vacinas específicas, bem como, analisar estratégias que impeçam a disseminação da cultura e dos grupos antivacinas (SUCCI, 2018).

A partir do exposto, fica evidente a relevância da discussão do assunto no âmbito da saúde, visto que muitas dessas doenças possuem um comportamento muito agressivo quando manifestadas na infância, podendo apresentar sequelas permanentes (MIZUTA *et al.*, 2019). O que se evidencia, portanto, um problema de saúde pública, já que os seus danos podem ser evitados por meio da imunização. Por fim, o presente artigo tem como objetivo, identificar e discutir os possíveis fatores associados ao atraso e recusa vacinal.

2 METODOLOGIA

Trata-se de um estudo descritivo-exploratório, no qual foi realizado um levantamento nas bases de dados digitais: Sistema Online de Busca e Análise de

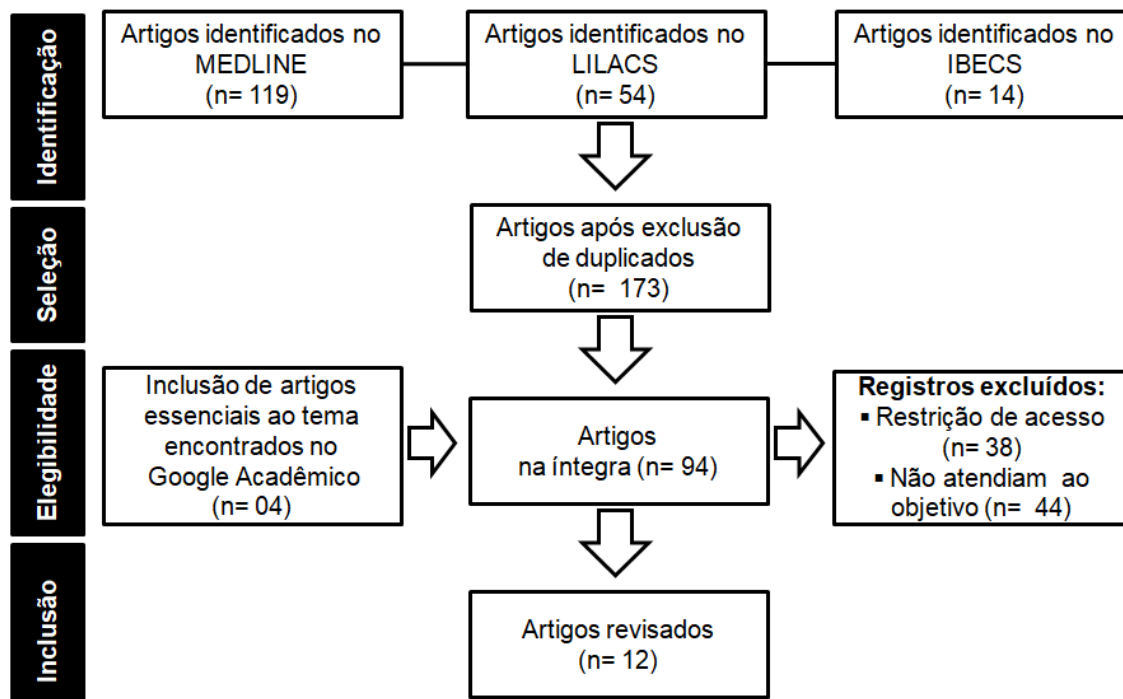
Literatura Médica (MEDLINE), Literatura Latino-Americano e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Índice Bibliográfico Espanhol de Ciências de Saúde (IBECS), Google Acadêmico e para pesquisa de dados referente às taxas de coberturas vacinais e de atraso vacinal, foi utilizado a plataforma do DATASUS. A seleção dos artigos foi embasada por estudos relacionados à adesão ou não da vacinação na infância em regiões do Brasil e no mundo.

Os critérios de inclusão foram artigos relacionados à aplicação de vacinas na infância, tendo como enfoque a relevância do conhecimento e atitude dos pais a respeito da importância do esquema vacinal completo para a prevenção de doenças. Foram aceitas publicações em português, inglês e espanhol, publicados nos últimos dez anos – período de 2010 a 2020.

Os critérios de exclusão foram artigos que não atendiam aos objetivos do trabalho acerca da vacinação infantil e adesão dos responsáveis, bem como, artigos duplicados ou que possuíam restrição de acesso.

Os descritores indexados pelos termos: *Vacinação infantil; Pais; Recusa vacinal*; foram utilizados na busca de artigos científicos pela Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) com uso do operador booleano “AND” para a consulta na ocorrência direta de rastreio do assunto. No total foram encontrados 187 artigos, dos quais após uma leitura detalhada que atendessem aos requisitos da pesquisa, foram selecionados apenas 12 (conforme a figura 1). Os dados utilizados foram, respeitosamente, interpretados e referenciados.

Figura 1: fluxograma do processo de seleção dos estudos incluídos na revisão sistemática sobre os fatores que possam levar a adesão ou recusa dos pais em relação à vacinação infantil



Fonte: elaborada pelos autores

3 RESULTADOS

Nota-se que nos últimos seis anos, 2015 foi o ano com maior taxa de vacinação, atingindo meta ideal acima de 95%, conforme o protocolo do PNI, que garante eficácia da imunização (BRASIL, 2013). Em contrapartida, nos anos subsequentes há uma redução drástica, sendo o ano de 2016 com a menor taxa (50,44%), seguido de 2020 (66,53%) e entre os anos de 2017 a 2019 houve uma curva estável de crescimento, porém persistindo em um percentual abaixo da meta, com média de 74,50%, como informado na tabela 1.

Além disso, outra preocupação encontrada são os desafios em relação ao abandono entre as primeiras e segundas doses das vacinas, visto que, de acordo com a portaria do Ministério da Saúde nº 1.498/2013, somente a primeira dose não é suficiente para a garantia de proteção contra determinada doença. Dessa forma, entre os períodos registrados, o ano de 2020 tem maior preocupação quando se trata do decréscimo da cobertura vacinal (66,53%) e da taxa de abandono (18,49%), ocupando o segundo lugar fixo em ambas as variáveis, enquanto os outros anos variam de

posição. E como informado na tabela 2, o ano de 2019 apresentou a maior taxa de abandono (21,60%) seguido do ano de 2020 (18,49%).

Tabela 1: taxa de cobertura vacinal no Brasil no período entre 2015 a 2020

Ano	Cobertura vacinal (%)
2015	95,07%
2016	50,44%
2017	72,93%
2018	77,13%
2019	73,44%
2020	66,53%

Fonte: Programa Nacional de Imunizações

Disponível em Tabnet/DATASUS

Tabela 2: taxa de abandono vacinal em relação à 1ª e 2ª dose entre os anos de 2015 a 2020

Ano	Taxa de abandono (%)
2015	15,83%
2016	14,0%
2017	16,42%
2018	15,34%
2019	21,60%
2020	18,49%

Fonte: Programa Nacional de Imunizações

Disponível em Tabnet/DATASUS

Diante disso, serão discutidos a seguir os artigos incluídos nessa revisão buscando compreender as causas da redução da cobertura vacinal e o aumento do abandono entre as doses das vacinas. Dessa forma, após a leitura analítica dos artigos, aplicando os critérios de inclusão e exclusão que atendessem aos objetivos do estudo e tendo como população alvo: pais e/ou responsáveis, resultaram na amostra final de 12 artigos, os quais estão apresentados no quadro sinóptico abaixo (Quadro 1).

Quadro 1: artigos selecionados para análise e discussão de seus resultados em relação aos fatores associados à recusa ou atraso vacinal

Título/Autor	Ano/País	Participantes/ Temática	Resultados
Vaccine refusal in an urban area of northern Portugal FONSECA, Margarida Silva; VARELA, Maria da Assunção Lima Novais; FRUTUOSO, Assunção; MONTEIRO, Maria de Fátima Ferreira Ramos Pinto	2018, Portugal	Foram identificados 150 casos de crianças em que os pais recusaram alguma vacina, numa população de 103.406 crianças. Entre os 150 casos, 86 pais aceitaram participar da pesquisa.	Dentre as variáveis referidas pelos pais, os quatro principais motivos de recusa vacinal, de acordo com o total de escolhas (177), foram: “as vacinas não são prioridades” (18,64%), “as vacinas são pouco seguras” (18,07%), “indicação do médico assistente” (17,51%) e “receio dos efeitos colaterais” (10,73%).
Percepção das mães acerca da vacinação infantil em uma estratégia de saúde da família de Tucuruí-PA IGREJA, Patrick Nery; MOIA, Maria Yasmin da Silva; REIS, Daniele Lima dos Anjos; FERREIRA, Alina Roberta da Silva; CARDOSO, Geovana de Nazaré Gonçalves; OLIVEIRA, Raynah Santos de; MEDEIROS, Tania de Sousa Pinheiro; BALIEIRO, Vanessa do Socorro Lisboa	2020, Brasil	O estudo foi realizado com 19 mães de crianças pertencentes à área de abrangência da Estratégia de Saúde da Família do município.	90% (n= 17) estavam com a carteira de vacinação em dias e 10% (n= 2) estavam em atraso. Na entrevista, observou-se que 100% das mães consideram a vacinação importante na prevenção de doenças. Todavia, os 10% que se encontra em atraso, disseram enfrentar dificuldade ao presenciar a aplicação devido ao sofrimento da criança, bem como, não saber como controlá-las. Além disso, foi investigado o conhecimento em relação aos efeitos adversos, no qual 84% disseram conhecer essas reações e 58% afirmam ter recebido orientações advindas dos profissionais da saúde a respeito da vacinação.
Fatores que interferem no cumprimento do calendário vacinal na infância	2020, Brasil	Os dados obtidos foram referentes às crianças (n= 51)	Dentro dos principais fatores que levaram ao atraso do calendário de

ARAÚJO, Maria Clara Gomes; SILVA, Liliâne Ferreira da; BALDOINO, Luciana Stanford; PORTO, Tatiana N. R. dos Santos; MARTINS, Vinícius de Sousa; CARVALHO, Dorivaldo P.; NETO; Benedito P. de Sousa; MAGALHÃES, Nilton A.; BALDOINO, Lorena S.		que possuíam atraso vacinal nos municípios de São José dos Matões e Timon do estado do Maranhão.	vacinas, destacam-se: “fora da faixa etária” (30,77%), “criança adoecida” (27,69%), “esquecimento” (15,38%), “não quis levar a criança” (10,77%), “dificuldade de ir ao posto” (9,23%) e “outros motivos” (6,15%).
Fatores que dificultam a adesão ao calendário vacinal em crianças até seis meses de idade ROSA, Marcos Alexandre Viana	2016, Brasil	Realizou-se uma coleta de dados em uma Unidade Básica de Saúde (UBS), de um município do vale do Rio Pardo com a participação de 14 pais/responsáveis de crianças que apresentavam atraso vacinal na idade de 0 a 6 meses de vida.	Os motivos relatados pelos responsáveis para a não realizarem a vacina no tempo determinado, foram: “criança doente” (35,7%), “falta de atenção/esquecimento” (28,5%). Além disso, outro fator relevante foi à falta de imunobiológicos na unidade.
A (não) vacinação infantil entre a cultura e a lei: os significados atribuídos por casais de camadas médias de São Paulo, Brasil BARBIERI, Caroline Luisa Alves; COUTO, Márcia Thereza; AITH, Fernando Mussa Abujamra	2017, Brasil	A investigação foi constituída por 15 casais (homem e mulher) com filhos na faixa etária de 0 a 5 anos, a respeito da situação vacinal (vacinação completa, parcial ou ausente).	A pesquisa foi atribuída em três grupos: “os pais vacinadores”, “os que vacinam, mas selecionam o tipo de imunológico” e “os não vacinadores”. Entre os não vacinadores predominou relatos que valorizam e buscam o parto humanizado, vida mais saudável, menor intervenção médico-hospitalar e associaram o ato de não vacinar como um cuidado ao filho.
Participação em dias nacionais de vacinação contra poliomielite: resultados de inquérito de cobertura vacinal em crianças nas 27 capitais brasileiras MELLO, Maria Lúcia Rocha; MORAES, José Cássio; BARBOSA, Helena Aparecida; FLANNERY, Brendan	2010, Brasil	Estudo realizado nas 27 capitais brasileiras, com população alvo de crianças nascidas em 2005 (de 20 a 40 meses de vida). Das 20.370 crianças	Das 100% (n= 17.749), 52,4% (n= 9.300) das cadernetas de vacinação possuíam: baixa adesão, atraso ou recusa vacinal. Nas investigações para compreender os

		incluídas no estudo, somente 17.749 dos pais participaram da pesquisa.	fatores acerca dessas variáveis, foi identificado: na região Norte e Nordeste, alguns pais relataram que a criança não precisa de mais de uma dose da vacina e o segundo motivo foi das crianças estarem doente no dia. Na região Sudeste, sugere falta de esclarecimento aos pais por parte dos profissionais da saúde em relação às doses da vacina. Na região Norte e Centro-Oeste foi identificado o não comparecimento por motivo de viagem.
Análise da situação vacinal de crianças pré-escolares em Teresina (PI) FERNANDES, Ana Catharina Nunes; GOMES, Keila Rejane Oliveira; ARAÚJO, Telma Maria Evangelista de; ARAÚJO, Regilda Saraiva dos Reis Moreira	2015, Brasil	Amostra composta por 542 crianças pré-escolares (2 a 6 anos), matriculadas nas escolas de rede pública do município de Teresina-PI.	A taxa de atraso vacinal e não vacinação foi de 24,9%. Em relação ao atraso das vacinas, os motivos mais frequentes apontados pelos pais, foram: a falta de vacina no posto (36,4%), descuido por parte do cuidador (24,4%) e adoecimento da criança (20%). Dentro dos fatores de não vacinação, os motivos apresentados, foram: disponibilidade de tempo dos cuidadores (8,9%) e a distância (2,2%).
Association Between Vaccine Refusal and Vaccine-Preventable Diseases in the United States. PHADKE, Varun K.; BEDNARCZYK, Robert A.; SALMON, Daniel A.; OMER, Saad B.	2016, Estados Unidos	Na identificação de 18 estudos publicados, foram descritos 1.416 casos de Sarampo.	Dentre o número total de casos descritos, 56,8% não tinham histórico de vacinação contra a doença. Já os casos com dados detalhados de vacinação (n= 970), 70,6% deles tinham comportamento de

			hesitação por razões religiosas, filosóficas e ideológicas.
Vaccine hesitancy: More than a movement CALLENDER, David	2016, Estados Unidos	A análise do tema foi abordado durante um debate, no estado da Califórnia, para indicação presidencial do Partido da República presidido por Donald Trump em setembro de 2015.	Durante o debate foi levantado questões acerca dos malefícios da vacinação, sendo defendida pela maioria do público presente, no qual associam às vacinas com efeitos colaterais imediatos (erupções cutâneas, inchaço ou dor) e efeitos de longa duração/danos permanentes (vacina conta o sarampo associada ao autismo e vacina contra a gripe associada à paralisia e síndrome de Guillian-Barré).
<i>Fake news</i> colocam a vida em risco: a polêmica campanha de vacinação contra a febre amarela no Brasil TEXEIRA, Adriana; COSTA, Rogério da	2020, Brasil	Para o resultado e análise da pesquisa foi utilizado o acesso aos compartilhamentos de <i>posts</i> em formato de texto e áudios veiculados por meio das redes digitais (<i>Facebook</i> , <i>WhatsApp</i>), durante o ano de 2018.	Foi identificado nas notícias veiculadas, <i>posts</i> que contestam a validade da imunização como um meio de preservar a saúde com indicação de supostos efeitos colaterais (autismo em crianças, adoecimento do fígado em adultos, meningite e encefalopatias). Além disso, outros fatores identificados foram: informações falsas a respeito da transmissão da febre amarela, no qual afirmava que a “culpa da doença era dos macacos”, bem como, a indicação de receitas caseiras em substituição das vacinas.
What arguments on vaccinations run through YouTube videos in Italy? A content analysis COVOLO, Loredana; CERETTI, Elisabetta; PASSERI, Chiara; BOLETTI, Michela; GELATTI, Humberto	2017, Itália	A pesquisa foi realizada em setembro de 2015, no qual foram selecionados	Os vídeos foram classificados e analisados, obtendo: 62 vídeos pró-vacinação (50%), antivacinação 28

		123 vídeos do <i>Youtube</i> , correspondentes ao período de 2014 e 2015, utilizando como palavra-chave “vacinações” e sendo classificados de acordo com o tom da mensagem.	(23%), neutros ou sem posição clara a favor ou contra a vacinação 33 (27%).
Opportunities and challenges of Web 2.0 for vaccination decisions BETSCH, Cornélia; BREWER, Noel T.; BROCARD, Pauline; DAVIES, Patrick; GAISSMAIER, Wolfgang; NIELS, Haase; LEASK, Julie; RENKEWITZ, Frank; RENNER, Britta; REYNA, Valerie F.; ROSSMANN, Constanze; SACHSE, Katharina; SCHACHINGER, Alexander; SIEGRIST, Michael; STRYK, Marybelle	2012, Alemanha	Foi utilizado o aplicativo de <i>internet Web 2.0</i> como ferramenta de busca por comentários dos usuários em sites e mídias sociais (fóruns de discussão, <i>blogs</i> , <i>Facebook</i> , <i>Twitter</i> , <i>LinkedIn</i> e <i>Youtube</i>) a respeito da vacinação.	Os autores examinam como os comentários e publicações veiculadas por meio da <i>internet</i> podem influenciar as decisões de vacinação e como os movimentos/grupos de antivacinas tem utilizado esta ferramenta para propagarem as suas ideologias acerca da hesitação como proteção à saúde, evitando possíveis efeitos colaterais e outros adventos maléficos dos quais eles acreditam.

Fonte: pesquisa realizada pelos autores

Desse modo, durante o processo da análise dos artigos, os fatores de atraso ou recusa vacinal foram identificados e categorizados da seguinte maneira: recusa por razões ideológicas, religiosas e associação a *fake news* (n= 8, 30,7%), efeitos colaterais e crença sobre aparecimento de doenças após a aplicação de vacinas (n= 5, 19,2%), falta do insumo nas unidades de saúde (n= 3, 11,5%), dificuldade de presenciar a vacinação e de ir ao local (n= 3, 11,5%), esquecimento por parte dos responsáveis e/ou motivos de viagem (n= 4, 15,3%) e criança adoecida (n= 3, 11,5%).

4 DISCUSSÃO

Como se sabe, a vacinação é a principal forma de prevenir doenças infectocontagiosas e com a redução da cobertura vacinal, o reaparecimento de

doenças antes erradicadas voltam a ser preocupação entre as autoridades sanitárias. A se tratar da aceitação ou recusa das vacinas, pode-se considerar que seja um resultado final do processo de tomada de decisão influenciado por vários fatores. De acordo com o estudo observacional da revista *Human vaccines and immunotherapeutics*, a escolha da não vacinação por razões ideológicas e a *fake news* são ligadas de forma direta ou indireta por mensagens compartilhadas na internet e principalmente por meio de vídeos na plataforma *Youtube* (COVOLO *et al.*, 2017).

A influência da *internet* nas decisões relacionadas à vacinação é a maior fonte de informação aos pais que decidem retardar, abandonar ou abster seus filhos. Um experimento em larga escala feito na Suíça determinou que o acesso a *websites* que criticam programas de imunização, aumenta a percepção do risco das vacinas além de diminuir a noção do senso dos riscos que a não vacinação traz, consequentemente, diminuindo também a intenção de vacinar (BETSCH *et al.*, 2010).

Para Phadke *et al.* (2016), outro fator que é levado em consideração pelos cuidadores é a desconfiança a respeito dos efeitos colaterais e possíveis doenças causadas pelas substâncias aplicadas nas crianças. Dessa forma, as informações que associam as vacinas às doenças do espectro, ou que afirmam que o conteúdo inoculado tem presença de mercúrio e outros elementos prejudiciais à saúde apontam várias falhas e fraudes em seus resultados.

Além disso, fatores pessoais de cunho sentimentais ou de confiança na segurança e capacitação dos profissionais, também atrapalham o cumprimento do calendário vacinal infantil. Há uma série de dificuldades vivenciadas pelos cuidadores quanto ao serviço de imunização, tais como: baixa qualidade no atendimento, erros no que se refere ao procedimento em si (crianças que apresentaram hematoma pós vacina e estagiários que marcaram com caneta o local de administração na pele da criança), estrutura precária da unidade (falta de água e luz), como também, a falta de orientação dos profissionais de saúde sobre as vacinas, eventos adversos, cuidados pós-vacinal e agendamento (TORRES *et al.*, 2010).

Análogo a isso, a falta do insumo também é apontada como outro motivo de não vacinação nas unidades de saúde, o que se estabelece uma importante barreira frente ao alcance da cobertura vacinal infantil. Desta forma, torna-se fundamental repensar a organização dos serviços de saúde, principalmente, na verificação dos estoques e armazenamentos dos municípios e estados, priorizando o planejamento,

aquisição e manutenção das doses necessárias, o que por fim, diminuirá a falta ou atraso das vacinas (RAMOS *et al.*, 2010). Somando a isso, é necessário garantir estratégias alternativas para reduzir o atraso vacinal e minimizar as dificuldades relatadas que teriam como base a educação da comunidade quanto aos serviços de saúde e como utilizá-los, adequando também os horários de atendimento dessas unidades às necessidades da população. Assim como, existe a necessidade de qualificação profissional para suprir a demanda que o serviço exige, visando diminuir os erros de procedimento e a má qualidade no atendimento (PUGLIESI; TURA; ANDREAZZI, 2010).

A posteriori, quanto ao atraso vacinal relacionado com a insatisfação do responsável com o serviço público de saúde, acredita-se que a percepção negativa da mãe em relação ao PNI interfere diretamente na credibilidade do serviço, o que, consequentemente, acarreta para o abandono ou atraso do plano vacinal das crianças. Esta insatisfação, portanto, precisa ser conhecida pelos serviços, para qual haja necessidade de executar medidas que solucionem este problema (MOLINA *et al.*, 2007).

Segundo Mello *et al.* (2010), uma outra barreira muito comum que leva ao atraso vacinal é o esquecimento dos pais por não lembrarem de conferir a caderneta vacinal e a realização de viagens/passeios no dia da vacinação. Estes são fatores que apesar de serem consideradas normais pelos responsáveis, ainda sim atrapalha o plano de imunização das crianças e dificultam, principalmente, as vacinas que possuem doses programadas. Para evitar que esses fatores triviais causem dificuldades, é preciso aproveitar todas as oportunidades para vacinação. Neste sentido, destaca-se que não apenas a procura da mãe por vacina constitui-se momento e oportunidade de verificação do Cartão da Criança, mas todas as idas da criança à unidade ou a consultas médicas se fazem momentos ideais para resgatar a questão vacinal e exercer a educação em saúde, tão imprescindível quando se fala em prevenção e promoção da saúde (FIGUEIREDO *et al.*, 2011).

Para as crianças que estejam doentes na data de vacinação prevista, a recomendação do Ministério da Saúde, para os pais, é que o adiamento ocorra, principalmente, se estiverem com quadro febril associado. Para então, não haver qualquer risco de manifestações subsequentes que atrapalhe o diagnóstico da doença prévia, sendo atribuídas à vacina (ZIEMKIEWICZ, 2019). Por fim, segundo Succi e Farhat (2006), além da febre e quadros de infecções identificadas anteriormente,

existem outras situações especiais que contra-indicam o uso da vacinação: crianças em uso de imunossupressores e em tratamento para câncer. A fisioimunologia é a mesma e pode ser explicada devido a uma fragilidade do sistema imunológico, que quando administrada a dose da vacina, possa ocorrer uma sobrecarga do organismo e a produção de anticorpos seja deficiente e ineficaz, principalmente quando se trata de vacinas que utilizam vírus vivo atenuado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme foi analisado na literatura, detectou-se que há atraso e recusa vacinal significativo entre às crianças. Os atrasos vacinais levam ao descumprimento de realizar a vacinação dentro do calendário definido pelo Ministério da Saúde, que por sua vez, considera que o esquema vacinal precisa ser completo, respeitando o prazo correto, o número de doses e a idade adequada para a eficácia e sucesso da imunização. Além disso, é imprescindível que haja boas estratégias de gestão e política na atenção básica entre equipe, município e estado, para que seja feita uma fiscalização na compra e distribuição dos inumobiológicos e assim, as unidades não sofram com a falta dos insumos em suas sedes.

Em relação aos fatores de hesitação vacinal associada à *fake news*, é de extrema importância o resgate dessa população, sendo necessário a detecção deste grupo para realizar orientações, pelos profissionais de saúde, a fim de promover encontros/palestras que desmistifiquem qualquer dúvida e propagação de notícias falsas referente ao processo de vacinação. Neste sentido, faz-se necessário, o reforço da atuação das equipes de saúde a fim de identificarem essas crianças faltosas e esclarecer aos responsáveis a importância de aderirem ao esquema vacinal completo, garantindo um maior número de população vacinada e, conseqüentemente, assegurando proteção de diversas doenças além de almejar a conscientização dos usuários e estabelecer uma mudança destes hábitos que são prejudiciais à saúde coletiva.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Maria Clara Gomes; SILVA, Liliane Ferreira da; BALDOINO, Luciana Stanford; PORTO, Tatiana N. R. dos Santos; MARTINS, Vinícius de Sousa; CARVALHO, Dorivaldo P.; NETO, Benedito P. de Sousa; MAGALHÃES, Nilton A.; BALDOINO, Lorena S. **Fatores que interferem no cumprimento do calendário vacinal na infância.** Revista Eletrônica Acervo Saúde/ Electronic Journal Collection Health - Vol. Sup. n. 42, 2020. Disponível em <https://acervomais.com.br/index.php/saude/article/view/2874/1470>. Acesso em 07 de abril de 2021.

BARBIERI, Carolina Luísa Alves; COUTO, Márcia Thereza; AITH, Fernando Mussa Abujamra. **A (não) vacinação infantil entre a cultura e a lei:** os significados atribuídos por casais de camadas médias de São Paulo, Brasil. Cadernos de Saúde Pública, 2017. Disponível em <https://www.scielo.br/pdf/csp/v33n2/1678-4464-csp-33-02-e00173315.pdf>. Acesso em 10 de março de 2020.

BETSCH, Cornélia; BREWER, Noel T.; BROCARD, Pauline; DAVIES, Patrick; GAISSMAIER, Wolfgang; NIELS, Haase; LEASK, Julie; RENKEWITZ, Frank; RENNER, Britta; REYNA, Valerie F.; ROSSMANN, Constanze; SACHSE, Katharina; SCHACHINGER, Alexander; SIEGRIST, Michael; STRYK, Marybelle. **Opportunities and challenges of Web 2.0 for vaccination decisions.** Journal Vaccine. Editora Elsevier, volume 30 (páginas 3.727 a 3.733) – 2012. Disponível em https://noelbrewer.web.unc.edu/wp-content/uploads/sites/16987/2018/10/2012_Betsch.pdf. Acesso em 21 de abril de 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em saúde. Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. **Programa Nacional de Imunizações.** Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2013. Disponível em http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/programa_nacional_imunizacoes_pni40.pdf. Acesso em 09 de março de 2020.

CAVALCANTI, Marília Abrantes Fernandes; NASCIMENTO, Ellany Gurgel Cosme do. Aspectos Intervenientes da criança, da família e dos serviços de saúde na imunização infantil. **Rev. Sociedade Brasileira de Enfermagem Pediátrica** (v.15, n.1, p. 31-7), 2015. Disponível em https://sobep.org.br/revista/images/stories/pdf-revista/vol15-n1/vol_15_n_2-artigo-de-revisao-1.pdf. Acesso em 11 de março de 2020.

CALLENDER, David. **Vaccine hesitancy: More than a movement.** Human vaccines and immunotherapeutics. Volume 12, 2016. Disponível em <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/21645515.2016.1178434>. Acesso em 12 de abril de 2021.

COVOLO, Loredana; CERETTI, Elisabetta; PASSERI, Chiara; BOLETTI, Michela; GELATTI, Humberto. **What arguments on vaccinations run through YouTube videos in Italy? A content analysis.** Journal list: Human vaccines & immunotherapeutics. Volume 13, junho de 2017. Disponível em <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC5512771/#cit0018>. Acesso em 21 de abril de 2021.

CRUZ, Adriane. **A queda da imunização no Brasil**. Revista CONSENSUS. Saúde em foco- edição 25, 2017. Disponível em https://portal.fiocruz.br/sites/portal.fiocruz.br/files/documentos/revistaconsensus_25_a_queda_da_imunizacao.pdf. Acesso em 29 de março de 2021.

FELICIANO, João. **A vacinação e a sua história**. Cadernos da Direcção-Geral da Saúde (nº 2, p. 3-7), 2002. Disponível em www.srsdocs.com/parcerias/publicacoes/vacinacao/caderno_vacinacao.pdf. Acesso em 16 de fevereiro de 2020.

FERNANDES, Ana Catharina Nunes; GOMES, Keila Rejane Oliveira; ARAÚJO, Telma Maria Evangelista de; ARAÚJO, Regilda Saraiva dos Reis Moreira. **Análise da situação vacinal de crianças pré-escolares em Teresina (PI)**. Revista Brasileira de Epidemiologia, 2015. Disponível em <https://www.scielo.br/pdf/rbepid/v18n4/1980-5497-rbepid-18-04-00870.pdf>. Acesso em 16 de março de 2020.

FIGUEIREDO, Glória Lúcia Alves; PINA, Juliana Coelho; TONETE, Vera Lúcia Pamplona; LIMA, Regina Aparecida Garcia de.; MELLO, Débora Falleiros de. **Experiências de famílias na imunização de crianças brasileiras menores de dois anos**. Revista Latino-Americana de Enfermagem. 2011. Disponível em https://www.scielo.br/pdf/rlae/v19n3/pt_20.pdf. Acesso em 21 de abril de 2021.

FONSECA, Margarida Silva; VARELA, Maria da Assunção Lima Novais; FRUTUOSO, Assunção; MONTEIRO, Maria de Fátima Ferreira Ramos Pinto. **Vaccine refusal in an urban area of northern Portugal**. Scientia Med. 2018; Disponível em <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/scientiamedica/article/view/32152/17561>. Acesso em 06 de abril de 2021.

IGREJA, Patrick Nery; MOIA, Maria Yasmin da Silva; REIS, Daniele Lima dos Anjos; FERREIRA, Alina Roberta da Silva; CARDOSO, Geovana de Nazaré Gonçalves; OLIVEIRA, Raynah Santos de; MEDEIROS, Tania de Sousa Pinheiro; BALIEIRO, Vanessa do Socorro Lisboa. Percepção das mães acerca da vacinação infantil em uma estratégia de saúde da família de Tucuruí-PA. **Brazilian Journal of Development**. Curitiba, v. 6, n. 3, p. 9731-9745 mar. 2020. Disponível em <https://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/7294/6334>. Acesso em 06 de abril de 2021.

MELLO, Maria Lúcia Rocha; MORAES, José Cássio; BARBOSA, Helena Aparecida; FLANNERY, Brendan. **Participação em dias nacionais de vacinação contra poliomielite**: resultados de inquérito de cobertura vacinal em crianças nas 27 capitais brasileiras. Revista Brasileira de Epidemiologia. Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva. São Paulo, 2010. Disponível em <https://www.scielo.org/article/rbepid/2010.v13n2/278-288/>. Acesso em 16 de março de 2020.

MIZUTA, Amanda Hayashida; SUCCI, Guilherme de Menezes; MONTALLI, Victor Angelo Martins; SUCCI, Regina Célia de Menezes. **Percepções acerca da importância das vacinas e da recusa vacinal numa escola de medicina**. Rev. paul. pediatr. [online]. 2019, vol. 37, n.1. Disponível em <https://www.scielo.br/pdf/rpp/v37n1/0103-0582-rpp-2019-37-1-00008.pdf>. Acesso em 19 de março de 2021.

MOLINA, Ana Cláudia; GODOY, Ilda de.; CARVALHO, Lídia Raquel de.; JÚNIOR, Antonio Luiz Caldas. **Situação vacinal infantil e características individuais e familiares do interior de São Paulo**. Acta Scientiarum Health Sciences. Vol. 29 n. 2 – 2007. Disponível em <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciHealthSci/article/view/1077/532>. Acesso em 22 de abril de 2021.

MOTA, Eduardo. Inquérito domiciliar de cobertura vacinal: a perspectiva do estudo das desigualdades sociais no acesso à imunização básica infantil. Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, 2008. Disponível em <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/1870/1/nacionais%202008.22.pdf>. Acesso em 10 de março de 2020.

PHADKE, Varun K.; BEDNARCZYK, Robert A.; SALMON, Daniel A.; OMER, Saad B. **Association Between Vaccine Refusal and Vaccine-Preventable Diseases in the United States**. JAMA. Author manuscript, 2016. Disponível em <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC5007135/>. Acesso em 11 de abril de 2021.

PUGLIESI, Maria Vicencia; TURA, Luiz Fernando Rangel; ANDREAZZI, Maria de Fátima Siliansky de. **Mães e vacinação das crianças: estudo de representações sociais em serviço público de saúde**. Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil. Volume 10 (páginas 75 a 84), 2010. Disponível em <https://www.scielo.br/pdf/rbsmi/v10n1/v10n1a08.pdf>. Acesso em 22 de abril de 2021.

RAMOS, Camilo Ferreira; PAIXÃO, José Gabriel Miranda da.; DONZA, Filipe Cunha de Sousa; SILVA, Anthony Mark Paiva da.; CAÇADOR, Danillo Feitosa; DIAS, Víctor Danilo Vale; SODRÉ, Évila Fernanda Lameira de Melo. **Cumprimento do calendário de vacinação de crianças em uma unidade de saúde família**. Revista Pan-Amazônica de Saúde. Vol. 1, n. 2 – 2010. Disponível em <http://scielo.iec.gov.br/pdf/rpas/v1n2/v1n2a06.pdf>. Acesso em 21 de abril de 2021.

ROSA, Marcos Alexandre Viana. **Fatores que dificultam a adesão ao calendário vacinal em crianças até seis meses de idade**. Monografia. Centro Universitário UNIVATES. Julho de 2016. Disponível em <https://core.ac.uk/reader/79834530>. Acesso em 07 de abril de 2021.

SUCCI, Regina Célia de Menezes. Recusa vacinal – o que é preciso saber. **Jornal de Pediatria** (Rio de Janeiro), 2018. Disponível em https://www.scielo.br/pdf/jped/v94n6/pt_0021-7557-jped-94-06-0574.pdf. Acesso em 16 de março de 2020.

SUCCI, Regina Célia de Menezes. FARHAT, Calil Kairala. **Vacinação em situações especiais**. Jornal de Pediatria. Volume 82 n. 3 (2006). Disponível em <https://www.scielo.br/pdf/jped/v82n3s0/v82n3sa11.pdf>. Acesso em 22 de abril de 2021.

TEXEIRA, Adriana; COSTA, Rogério da. **Fake news colocam a vida em risco: a polêmica campanha de vacinação contra a febre amarela no Brasil**. Rev. Eletrônica Comun. Inf. Inov. Saúde. 2020. Disponível em

<https://docs.bvsalud.org/biblioref/2020/04/1087216/1979-8041-1-pb.pdf>. Acesso em 13 de abril de 2021.

TORRES, Audrey Donato; NUNES, Paula Reis Amorim Silva; PAULA, Weslla Albuquerque Silva de.; OLIVEIRA, Alecsandra Gomes de Lucena. **Perfil epidemiológico dos recém-nascidos admitidos na unidade neonatal de uma maternidade pública do município de Caruaru, PE**. Revista de Enfermagem [UFPE online]. 2010. Disponível em <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/download/6365/5611>. Acesso em 22 de abril de 2021.

TRINDADE, Eleni. **A nova revolta da vacina**. Revista FEHOESP 360, edição 08, 2017. Disponível em https://www.sbp.com.br/fileadmin/user_upload/2017/04/Revista-FEHOESP-360-_dr.-Renato-Kforui.pdf. Acesso em 07 de março de 2021.

ZIEMKIEWICZ, Nathália. Vacinas: tire suas dúvidas sobre a imunização das crianças. **Revista Crescer [online]**. 2019. Disponível em <https://revistacrescer.globo.com/Crianças/Saude/noticia/2019/06/vacinas-tire-suas-duvidas.html>. Acesso em 22 de abril de 2021.

ZORZETTO, Ricardo. **As razões da queda na vacinação**. Pesquisa FAPESP (edição 270) – São Paulo, 2018. Disponível em https://revistapesquisa.fapesp.br/wp-content/uploads/2018/08/018-024_CAPA-Vacina_270.pdf. Acesso em 21 de fevereiro de 2020.